



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024-2034  
(PL 2614/24)

EMENDA Nº \_\_\_\_ / 2025

Apresentação: 20/05/2025 16:42:14.037 - PL2614/24  
EMC 2303/2025 PL2614/24 => PL 2614/2024  
EMC n.2303/2025

Emenda Modificativa ao PNE, referente à  
Estratégia 2.2 ao Objetivo 2 do Anexo do Projeto  
de Lei.

Art.1º A Estratégia 2.2 ao Objetivo 2 do Anexo do Projeto de Lei passa a ter a seguinte  
redação:

“Estratégia 2.2. Incentivar práticas pedagógicas articuladas aos campos de  
experiência da educação infantil, contemplados as áreas e os temas transversais **da  
cidadania e democracia**, da educação ambiental, **da agroecologia**, da educação em  
direitos humanos, da educação para relações étnico-raciais, **da educação para  
prevenção do abuso sexual infantil, e da educação em gênero, inclusão e  
diversidade, sendo realizadas em um ambiente acolhedor e respeitoso e e utilizando  
metodologias participativas.**”

JUSTIFICATIVA

A inclusão dos termos "cidadania e democracia" como temas transversais  
é fundamental para fortalecer a formação cidadã crítica, promovendo a compreensão dos  
princípios democráticos, a participação política ativa e o combate a todas as formas de  
autoritarismo e exclusão social. A inclusão da educação agroecológica como tema  
transversal na educação infantil representa um avanço crucial para formar desde os  
primeiros anos uma consciência crítica sobre as relações entre sociedade e natureza e as  
relações da produção no e do campo. Essa abordagem transforma os campos de





experiência da primeira infância em espaços de vivência prática e reflexão sobre sistemas alimentares sustentáveis, soberania alimentar e cultivos tradicionais, rompendo com a visão urbano-centrada que domina os currículos. Ao articular atividades lúdicas com princípios agroecológicos - como observação de sementes, compostagem ou hortas escolares -, a estratégia não só respeita as especificidades do desenvolvimento infantil, mas planta as bases para uma relação ética com o território e os saberes locais, especialmente importante para crianças de comunidades rurais e camponesas, quilombolas e indígenas. Essa mudança alinha-se ao artigo 205 da CF/88, que vincula educação à preparação para o exercício da cidadania, aqui entendida como capacidade de intervir criticamente nos modelos de produção e consumo, combatendo desde cedo a alienação alimentar e ambiental promovida pelo agronegócio.

A para a prevenção do abuso sexual infantil e a Educação em Gênero e Diversidade também tem a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos:

- Físico: conhecer-se, conhecer seu corpo, descobrir os limites e as possibilidades do corpo nas atividades cotidianas;
- Psicológico: Conhecer-se por meio de suas emoções; expressar seus sentimentos, vontades, necessidades e curiosidades, de forma a desenvolver a autoconfiança e a imagem positiva sobre si mesmo; sentir-se desafiado/a para todas as possibilidades de desafios que os materiais, os brinquedos e os espaços põem para as crianças.
- Social: Desenvolver a capacidade de compreender que a diversidade humana se manifesta em múltiplas e diversas formas de existência; Desenvolver o respeito ao outro e à outra; Desenvolver a capacidade de falar sobre suas preocupações, medos e angústias, independentemente de ser menina ou menino.
- Cognitivo: Quando todas as crianças podem participar de todas as atividades, sejam direcionadas coletivamente, em pequenos grupos, individualmente ou em brincadeiras, as crianças exploram todas as possibilidades de desenvolvimento de habilidades. Quando não há divisão em atividades, tarefas ou brincadeiras entre meninas e meninos, todas as crianças podem desenvolver as mesmas habilidades. Quando as meninas participam em situações coletivas de conversas (rodas de conversa), sem que sejam silenciadas, elas aprendem que também são capazes de elaborar hipóteses e de





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DECÊNIO 2024-2034 (PL Nº 2.614/2024)

raciocinar sobre os fenômenos físicos e naturais, desenvolvendo interesse e aptidões para o estudo das ciências exatas, por exemplo.

Fonte: <https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/5203>

Na educação infantil, a EDH deve promover a universalidade dos direitos humanos, fomentar o respeito pela diversidade, capacitar os indivíduos a reivindicar seus direitos e utilizar metodologias participativas e adequadas à idade

Fonte: [Plano de Ação da 5ª fase do PMEDH \(Res. A/HRC/57/34\)](#)

Criação de ambiente acolhedor e respeitoso para o desenvolvimento de uma cultura em direitos humanos.

Fonte: [Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2006/ Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006. PNEDH](#)

Esta emenda está sendo apresentada por sugestão da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, juntamente com 17 entidades que compuseram a construção de seu caderno de emendas: Ação Educativa, ActionAid, Fineduca, CEDECA-CE, CNTE, Mieib, MST, REPU, Uncme, Undime, ÔAÉ, Fonec, Cátedra Unesco da UnB, IDDH, Aprendiz, AUE, ObsEM.

Sala da Comissão, 19 de Maio de 2025

**Deputada Sâmia Bomfim**  
**PSOL/SP**

